Reportagem
Parlamento dos Jovens: Sessão Nacional

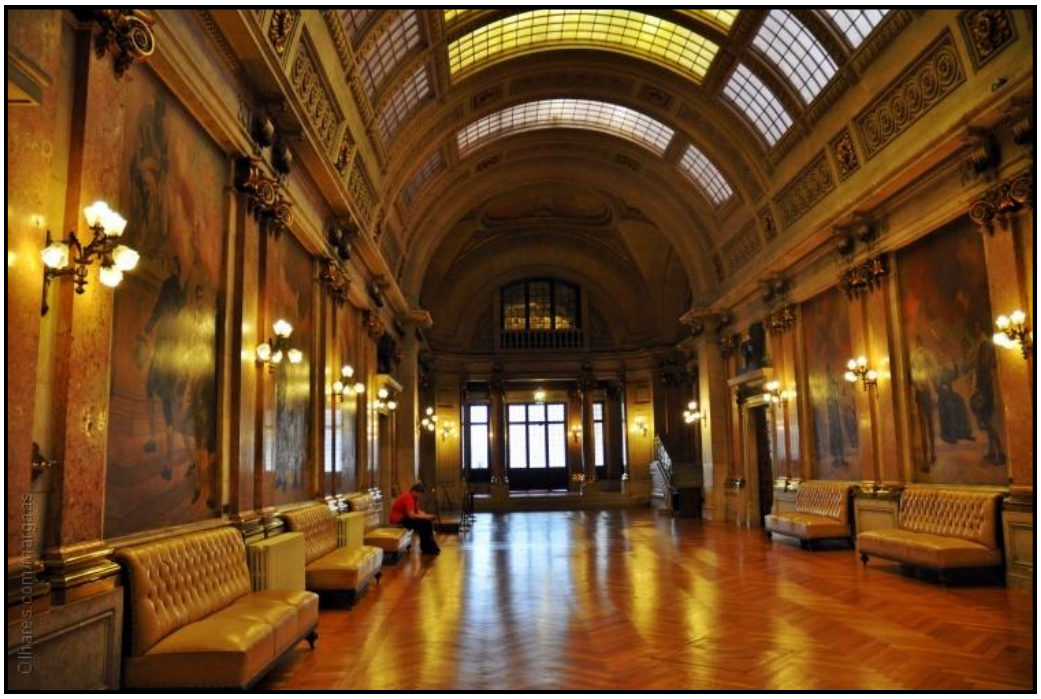
Nos dias 8 e 9 de Maio realizou-se em Lisboa, na casa da democracia portuguesa (antigo mosteiro e palácio desde 1580) no Palácio de São Bento, a sessão nacional do Projeto Parlamento dos Jovens com o objetivo de se desenvolver um projeto de recomendação final (votado por todos os deputados presentes ao longo dos dois dias) para posteriormente ser debatido na Assembleia da República pelos representantes dos vários partidos.
Os alunos Pedro Caniça e João Silveira do Agrupamento de Escolas do Fundão representaram o distrito de Castelo Branco, tendo o aluno João Silveira representado o círculo como porta-voz.
O tema em questão deste ano civil foi "Constituição Portuguesa: Poder Local". Um tema algo complexo mas debatido com extremo rigor e competência, e que levantou outras questões também debatidas pelos jovens deputados, tais como: o financiamento dos partidos políticos, abstenção política nacional, dívida pública, descentralização e regionalização, entre outros.

Deputado João Silveira (Porta-Voz)

Deputado Pedro Caniça

No primeiro dia, os deputados, jornalistas e professores de cada círculo eleitoral foram recebidos por uma organização notável e muito bem estruturada desde a sua chegada à Assembleia da República. Os distritos de todo o país, bem como as regiões autónomas e os círculos de fora da Europa e da Europa foram distribuídos em comissões (formando no total quatro) onde os respetivos deputados debateram as suas ideias sobre o tema em questão. Por sua vez, os jornalistas fotografaram e registaram tudo o que se passou durante todo o dia, tendo também direito a uma visita guiada por todo o edifício parlamentar, terminando nos "passos perdidos". Este "hall" que permite entrar na sala principal, o plenário, é conhecido assim pois, outrora, os cidadãos portugueses quando queriam deslocar-se à Assembleia, esperavam nessa sala, porém, era atendidos tardiamente e depois de longos períodos em que davam os tais "passos perdidos".

Fundão, Castelo Branco, 2017



"Passos Perdidos"

Após a interrupção da sessão para o dia seguinte, houve um momento lúdico e de descontração, em que comediantes improvisaram números pedindo ajuda do público, e inclusive nesta atuação se enunciaram problemas como a regionalização e descentralização.

O dia seguinte foi duro, como já se previa, mas muito produtivo. Na parte da manhã todos os jovens deputados e jornalistas estiveram na sala do plenário, para debaterem " à séria " como os políticos de expoente máximo do país.

Os partidos políticos portugueses foram representados no período de questões que retomou a sessão, onde estiveram presentes os deputados Ana Mesquita (Partido Comunista Português), Eloisa Apolónia (Partido Ecologista "os Verdes"), Luís Monteiro (Bloco de Esquerda), Odete João (Partido Socialista), Carla Barros (Partido Social Democrata) e Filipe Anacoreta Correia (Centro Democrático Social). Responderam de uma belíssima forma aos jovens deputados e deputadas. Esteve também presente o Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues e o Presidente da comissão de Educação e Ciência, Alexandre Quintanilha.

Durante a sessão e após as perguntas a todos os deputados, os jornalistas puderam entrevistar cada deputado de cada partido.

Particularmente entrevistei a senhora deputada Odete João. Comecei por questionar a senhora deputada sobre o projeto em questão. Esta, com alguma satisfação, identifica-se com o projeto, uma vez que partilha uma opinião positiva: " O Projeto Parlamento dos Jovens, tem de facto dado frutos, visto que trouxe para o Parlamento deputados que já participaram neste projeto e que visa alertar os jovens para a realidade política". Foquei os jovens, que vão crescendo mutuamente com as evoluções no mundo tecnológico, perguntando se estes são uma geração perdida na política? Não, refere a senhora deputada: "Os jovens têm evoluído no seu discurso argumentativo, e cada vez mais têm mais liberdade argumentativa e discursiva, tendo este projeto ajudado para tal".

Perante um de muitos assuntos na ordem do dia, inquiri a senhora deputada sobre "as assimetrias litoral-interior". Esta refere que deve-se conhecer as potencialidades do interior, investir nelas e potenciá-las na sua identidade própria.

O ponto alto do dia para os Jornalistas aconteceu quando no fim das entrevistas se passou para uma conferência de imprensa com o senhor deputado Alexandre Quintanilha. Consegui, mais uma vez, pedir uma opinião com sucesso acerca do acompanhamento dos jovens na evolução das tecnologias e a sua influência na voz política: " Penso que tem os seus pontos positivos e negativos. As tecnologias são boas para a globalização, para adquirir conhecimento que pode ser aproveitado no mundo político e não só, mas por outro lado é preciso saber captar a informação fidedigna e interpretá-la, o que muitas vezes não acontece, levando-nos a algumas falácias (...) Mas sim, podem (as tecnologias) influenciar de forma positiva os jovens."

Na parte da tarde realizou-se a votação para o projeto final, em que 21 medidas passaram a apenas 10 e, assim, os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendaram à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. No seguimento do artigo 117.º da Constituição, reforçar os mecanismos de responsabilização dos detentores de poder político, através de um agravamento da pena dos processos relativos a casos de gestão danosa do bem público.

2. Instituir as regiões administrativas, reajustando-as às existentes CCDRs, de forma a fomentar a descentralização do poder central, aproximando os cidadãos mediante a realização de um novo referendo (artigo 115.º da Constituição da República Portuguesa) e alargando o poder das autarquias, com vista à satisfação das necessidades prementes das populações e incrementando o desenvolvimento das diferentes regiões de forma igualitária, promovendo a redução das assimetrias litoral/interior que se verificam no nosso País.

3. Revisão e reestruturação das funções das autarquias, responsabilizando-as e autonomizando-as, no que se refere ao funcionamento dos seus setores públicos, recorrendo aos números 1 e 2 do artigo 254.º da Constituição para assegurar os fundos necessários a essa gestão, assim se condicionando, positivamente, a autonomia do poder local, com o objetivo de descentralizar a autarquia local do poder central e, simultaneamente, satisfazer as necessidades da população.

4. Reforçar as competências de decisão ao nível do poder local, eliminando a necessidade de serem transferidas para instâncias superiores, de modo a agilizar o

processo, reduzindo a carga burocrática que isso acarreta atualmente, para que os municípios e freguesias possam exercer o seu poder em pleno.

5. Estabelecer um diálogo obrigatório entre o poder central e local sempre que alguma medida ou lei venha a modificar geograficamente ou politicamente o segundo. Em caso de impasse, a voz do povo, através de um referendo, será soberana.

6. Delegação de competências, através dos contratos interadministrativos, do poder central para o poder local no que se refere a várias áreas de governação, para uma gestão mais eficaz dos recursos nacionais, pois as entidades locais são verdadeiras conhecedoras da realidade local.

7. Facilitar a integração na vida administrativa local através de referendos e outros mecanismos de intervenção, de modo a haver maior divulgação de verbas já existentes (orçamento participativo) que incentivam a cooperação entre habitantes das localidades e as suas câmaras municipais.

8. Inventariar, recuperar e rentabilizar, através da atração de investimento privado, os recursos endógenos e o património municipal, simplificando os processos deste fundo destinado à revitalização das estruturas já existentes, potenciando mais recursos financeiros para a gestão autárquica.

9. Implementação obrigatória de assembleias municipais jovens sem associação partidária e também de orçamentos participativos jovens para que os jovens sintam motivação para participar ativamente na vida política local, de forma consciente.

10. Adotar medidas que promovam a consciência cívica e a cidadania participativa, tais como: a criação de uma plataforma digital destinada à realização de atos eleitorais e de consulta pública; a criação de um conteúdo programático educativo que exercite as competências cívicas e sensibilize os jovens para a importância do voto, a inserir com caráter obrigatório numa das disciplinas do ensino secundário da área das ciências humanas e sociais; criação de um órgão escolar no ensino secundário composto por alunos e que sirva para debater os problemas coletivos e propor soluções; criação de uma hora mensal nas turmas do ensino básico destinada a fomentar o interesse dos mais novos pelo debate político e pela decisão conjunta, e também através de um grupo de debate com carácter consultivo e de assessoria local e dinamização de debates e iniciativas de esclarecimento, visando a educação sobre a realidade local e uma melhor gestão administrativa dos concelhos através de uma relação mais estreita entre eleitos e eleitores.

Após a aprovação, mais uma sessão foi dada como terminada.

Assim acabou mais uma Sessão Nacional de um Projeto cada vez com mais visibilidade pelas escolas do país e pelos “comandantes da pátria”. Um projeto que deve continuar a ser levado a cabo e um projeto que cada vez mais se repercutirá no futuro pois nós, os jovens, somos o fio condutor da Democracia.

Fundão, Castelo Branco, 2017

Afonso Tavares (jornalista)

Fundão, Castelo Branco, 2017